



Universidade de Brasília – UnB

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas –  
FACE

Departamento de Gestão de Políticas Públicas – GPP

Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas

**O PAPEL DA REDE NACIONAL DE APRENDIZAGEM,  
PROMOÇÃO SOCIAL E INTEGRAÇÃO  
NO ÂMBITO DO PROGRAMA BRASÍLIA MAIS JOVEM CANDANGO**

**João Paulo de Novais de Santana**

Brasília

2020

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura  
**Reitora da Universidade de Brasília**

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen  
**Vice-Reitor da Universidade de Brasília**

Professor Doutor Sérgio Antônio Andrade de Freitas  
**Decano de Ensino de Graduação**

Professor Doutor Eduardo Tadeu Vieira  
**Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas  
Públicas**

Professor Doutor Franco de Matos  
**Chefe do Departamento de Gestão de Políticas Públicas**

Professora Doutora Rosana de Freitas Boullosa  
**Coordenadora de Graduação do Curso de Gestão de Políticas Públicas**

JOÃO PAULO DE NOVAIS DE SANTANA

**O PAPEL DA REDE NACIONAL DE APRENDIZAGEM,  
PROMOÇÃO SOCIAL E INTEGRAÇÃO  
NO ÂMBITO DO PROGRAMA BRASÍLIA MAIS JOVEM CANDANGO**

Relatório apresentado ao Departamento de Gestão de Políticas Públicas da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília como requisito para avaliação final da disciplina Residência em Políticas Públicas.

Profa. Dra. Ana Paula Antunes Martins.

Brasília  
2020

Sem a direção dada por Deus, a conclusão das linhas que se seguem não seria possível.

Assim, a Ele as dedico, com muita gratidão no coração.

## **AGRADECIMENTOS**

À minha família: minha mãe, Sueli; meu pai, Adonias; e, meu irmão, Luiz Felipe, por conviver ao meu lado nessa jornada chamada vida e por todos os momentos passados.

À minha namorada, Natalieny Silva, por todo apoio, aprendizado proporcionados a cada dia e toda a força que me passa para buscar meus objetivos.

Ao meu irmão de outra mãe, Gabriel Brito, por todo conhecimento e apoio ofertados.

À professora Dra. Ana Paula Antunes Martins, por toda a paciência e todo o suporte nessa etapa da minha graduação.

A todos que, no decorrer dessa jornada, somaram para que eu pudesse alcançar mais um objetivo em minha vida.

## RESUMO

O presente estudo teve por objetivo investigar o papel da gestão da Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração no âmbito do Programa Brasília Mais Jovem Candango. Nesse ínterim, diante das atuais necessidades e dificuldades enfrentadas na qualificação e formação, os jovens têm buscado sua vaga no mercado de trabalho via capacitação pela Rede em questão. A capacitação profissional tem importância grandiosa na vida dos beneficiários do programa, de acordo com a pesquisa, incorporando a atuação dos mesmo com burocrata a nível de rua, através das dificuldades e superações, além da necessidade de uma continuação da inserção dos jovens no mercado de trabalho. A pesquisa foi realizada através de imersão da Renapsi e obtenção de dados com os agentes executores do Programa.

**Palavras-chave:** Jovem aprendiz. Políticas públicas. Qualificação profissional.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

art.	- Artigo
CAGED	- Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEPROS	- Centro de Promoção Social
CLT	- Consolidação das Leis do Trabalho
COVID-19	- <i>Corona Virus Disease 19</i>
DETRAN	- Departamento de Trânsito
DIEESE	- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FAT	- Fundo de Amparo ao Trabalhador
GDF	- Governo do Distrito Federal
HR	- Hospital Regional
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MEC	- Ministério da Educação
n.	- Número
ONG	- Organização Não Governamental
OSJC	- Obras Sociais do Centro Espírita Fraternidade Jerônimo Candinho
PC	- Polícia Civil
PED	- Pesquisa de Emprego e Desemprego
PGDF	- Procuradoria-Geral do Distrito Federal
PNAD	- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE	- Plano Nacional de Educação
PROCON	- Procuradoria do Consumidor
PRONATEC	- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RENAPSI	- Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração
RFEPCT	- Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
SEADE	- Sistema Estadual de Análise de Dados
SEAP	- Secretaria de Estado de Administração Pública
SETRAB	- Secretaria de Estado do Trabalho
UF	- Unidade da Federação
UnB	- Universidade de Brasília

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>1.1 PROGRAMA BRASÍLIA MAIS JOVEM CANDANGO.....</b>	<b>8</b>
<b>1.2 REDE NACIONAL DE APRENDIZAGEM, PROMOÇÃO SOCIAL E INTEGRAÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>1.3 OBJETIVOS.....</b>	<b>10</b>
<b>1.3.1 Objetivo geral.....</b>	<b>10</b>
<b>1.3.2 Objetivos específicos .....</b>	<b>10</b>
<b>1.4 JUSTIFICATIVA .....</b>	<b>10</b>
<b>2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>12</b>
<b>3 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>15</b>
<b>3.1 EXPERIÊNCIA PARA SCHWARTZ .....</b>	<b>15</b>
<b>3.2 BUROCRACIA PARA WEBER.....</b>	<b>16</b>
<b>3.3 BUROCRATA A NÍVEL DE RUA PARA LIPSKY .....</b>	<b>16</b>
<b>3.4 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL .....</b>	<b>17</b>
<b>4 DIAGNÓSTICO DA POLÍTICA PÚBLICA.....</b>	<b>20</b>
<b>4.1 PLANO DISTRITAL DE QUALIFICAÇÃO .....</b>	<b>21</b>
<b>4.2 EDUCAÇÃO E TRABALHO.....</b>	<b>22</b>
<b>4.3 APRENDIZADOS .....</b>	<b>27</b>
<b>4.4 SUPERAÇÕES.....</b>	<b>28</b>
<b>4.5 SUCESSO .....</b>	<b>28</b>
<b>4.6 ESCOLA.....</b>	<b>28</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>33</b>
<b>5.1 RECOMENDAÇÕES.....</b>	<b>34</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>35</b>

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 Programa Brasília Mais Jovem Candango

A origem do Programa Brasília Mais Jovem Candango se deu em 2013, com a Lei n. 5.216, de 14 de novembro de 2013, sancionada pelo então governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz (DISTRITO FEDERAL, 2013). Na época, tal Programa foi integrado à Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude da referida Unidade da Federação (UF).

O Programa em comento trata de um serviço de proteção social básica de integração entre os jovens, inserindo-os no mercado de trabalho, seguindo a metodologia da Lei n. 10.097, de 19 de dezembro de 2000 – Lei da Aprendizagem (BRASIL, 2000).

Art. 1º Os arts. 402, 403, 428, 429, 430, 431, 432 e 433 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, passam a vigorar com a seguinte redação:

“[...]”;

“Art. 428. Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de dezoito anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação” (NR) (Vide art. 18 da Lei n. 11.180, de 2005) [...]” (BRASIL, 2000, n. p.).

O público ali atendido se restringe aos jovens entre 14 e 18 anos de idade (não se aplicando a aprendizes com deficiência – no caso, o beneficiário pode ultrapassar a idade), com prioridade aos beneficiários em estado de vulnerabilidade social<sup>1</sup>, tendo como requisitos frequentar a escola e permanecer no ensino formal durante o tempo de estágio (exceto em caso de o jovem concluir o Ensino Médio).

Como benefícios têm-se os seguintes: salário mínimo mensal; vale transporte; vale alimentação; e, demais direitos trabalhistas, evitando que os jovens abandonem os estudos, levando em conta uma lista de prioridade tanto para jovens de famílias com baixa renda como para aqueles que residem em territórios com maior nível de vulnerabilidade social. E ainda, tem-se a jornada de trabalho de quatro horas/dia, podendo ser acrescida para seis horas/dia (em

---

<sup>1</sup> Vulnerabilidade social é o conceito que caracteriza a condição dos grupos de indivíduos à margem da sociedade, ou seja, pessoas ou famílias em processo de exclusão social, principalmente, por fatores socioeconômicos.

um dia da escala de trabalho o jovem tem por obrigação comparecer ao curso de capacitação da agência integradora de seu contrato).

As contratações são realizadas pela Administração Pública Direta e Autárquica, com duração de 16 meses. E ainda, o jovem inserido naquele Programa tem oportunidade de participar de cursos de formação e capacitação técnico-teórica ofertados pelas instituições qualificadas (agências de integração).

Por meio de licitação foram realizados contratos de prestação de serviço com as organizações vencedoras, ao passo que a execução do Programa passou a ser atribuição de duas instituições, a saber: 1) Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração (RENAPSI) (Contrato n. 11/2014-SEAP, do Processo n. 414.000/2014) (DISTRITO FEDERAL, 2014); e, 2) Obras Sociais do Centro Espírita Fraternidade Jerônimo Candinho (OSJC) (Contrato n. 12/2014-SEAP, do Processo n. 414.000/2014) (DISTRITO FEDERAL, 2014), com duração de 60 meses – período 2014-2019 –, prorrogada em 2020 por conta da pandemia da COVID-19 (*Corona Virus Disease 19*).

## **1.2 Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração**

Em 1992, tiveram início as atividades do Centro de Promoção Social (CEPROS) em Goiânia, Goiás, que realizou projetos que asseguravam o direito à vida, educação e qualificação profissional. Após a aprovação da Lei n. 10.097/2000, tal instituição consolidou-se como uma especialista na execução de programas de aprendizagem. A partir de 2009, sua sede foi alocada no Distrito Federal, sendo denominada Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração (RENAPSI).

Sua organização é distribuída em coordenações (pedagógicas, acompanhamento e seleção e formação continuada) regidas pela Direção Nacional de Aprendizagem. Seu principal objetivo tange: “Executar Programa de Aprendizagem, nos termos da Lei n. 10.097/00, por conta própria ou em parceria com outras instituições, que garanta ao adolescente carente formação técnico-profissional metódica” (RENAPSI, 2020, n. p.).

De fato, os programas de aprendizagem aumentam as oportunidades de emprego para os jovens. Nesse viés, o Governo do Distrito Federal (GDF) implantou o modelo do Programa Brasília Mais Jovem Candango (AGÊNCIA BRASÍLIA, 2018; DISTRITO FEDERAL, 2018).

## **1.3 Objetivos**

### ***1.3.1 Objetivo geral***

Analisar o papel da RENAPSI para o jovem aprendiz no âmbito do Programa Brasília Mais Jovem Candango.

### ***1.3.2 Objetivos específicos***

Explorar via entrevistas com representantes do órgão de integração (RENAPSI) e com os aprendizes beneficiários do Programa supramencionado e investigar o papel daquela Rede no âmbito do Programa Brasília Mais Jovem Candango buscando:

- Verificar o número total de aprendizes previstos em contrato;
- Analisar o papel da RENAPSI para o jovem aprendiz, considerando a formação técnico-profissional;
- Averiguar se o número de instrutores ativos para operarem no Programa em questão; e
- Observar se a problemática enfrentada pela RENAPSI para a execução do Programa em questão está de acordo com os objetivos propostos pelo Estado.

## **1.4 Justificativa**

Nos últimos tempos, o mundo se viu obrigado a aprender um novo modo de sobrevivência, sobretudo, por conta da pandemia da COVID-19 instaurada. A ordem social e econômica mundial sofreu um impacto negativo e, no âmbito particular, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2019), a taxa de desemprego no Brasil vivenciou uma alta de 14,4%, decorrente da falta de oportunidade para os jovens que buscam o primeiro emprego para entrar no mercado de trabalho. Nesse ínterim, as políticas públicas de qualificação profissional buscam garantir um suporte e uma ligação com os jovens que objetivam o primeiro emprego. No Distrito Federal, por exemplo, tem-se o Programa Brasília Mais Jovem Candango (AGÊNCIA BRASÍLIA, 2018; DISTRITO FEDERAL, 2018).

Diante da necessidade comum de melhoria do serviço público que serve diretamente a população, o GDF se vê obrigado a promover ações de nomeações de novos servidores e/ou partir para a terceirização com cargos comissionados para determinada atividade; mas nem sempre a necessidade é suprida. A burocracia, antes tida como elemento organizador do serviço

público, se perdeu no excesso, criando longas rotinas, tramitações intermináveis, vários níveis de responsabilidades e o pensamento de que o serviço público é moroso por natureza (DISTRITO FEDERAL, 2020a, 2020b).

Nesse ínterim, o GDF implantou o Programa Brasília Mais Jovem Candango, que tem como objetivo ajudar na diminuição de problemas causadores da vulnerabilidade e da exclusão social (evasão escolar, desemprego e violência), promovendo o trabalho dos jovens na Administração Pública via trabalhos administrativos, com o objetivo de qualificá-los para o mercado de trabalho (AGÊNCIA BRASÍLIA, 2018; DISTRITO FEDERAL, 2018).

De fato, a importância do Estado é perceptível como facilitador na implantação de políticas públicas, mas, no âmbito do Programa em comento, sua atuação fica a cargo apenas da liberação de recurso, pois, a execução do Programa é repassada para a RENAPSI. Assim, aquela instituição é responsável pela formação dos aprendizes. Mas, atualmente, a Rede em questão enfrenta alguns problemas, com um quadro reduzido de instrutores, trabalhando de forma remota, devido à pandemia da COVID-19, dificultando o trabalho da gestão em mapear e distribuir os mesmos para ministrarem aulas dentro do Programa em tela, afetando a capacitação e formação.

Diante do exposto, vale explorar o potencial de formação e qualificação pela RENAPSI por meio de uma política pública viável. Assim, tem-se o seguinte questionamento norteador da presente pesquisa: considerando as dificuldades e a necessidade do Estado na formação e qualificação de jovens de baixa renda e em situação de vulnerabilidade social, de que forma atua a RENAPSI na formação do jovem candango?

A presente pesquisa está organizada por tópicos, partindo do seu objetivo principal e específicos, procedimentos metodológicos, apresentando como a pesquisa foi realizada referencial teórico, demonstrando as teorias em que a pesquisa foi baseada e diagnóstico da política, com os resultados obtidos e possíveis intervenções para continuação da política

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a construção das linhas que se seguem constatou-se uma necessidade de imersão na Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração (RENAPSI), tendo em vista que a análise da gestão da Rede em comento no âmbito do Programa Brasília Mais Jovem Candango é escassa em documentos e de disponibilidade ínfima para a população. Tal imersão é explicada por Deslandes (*apud* MINAYO, 1994) que, conceitualmente, afirma ser necessária uma maior aproximação com o campo de observação, para que seja possível delinear os melhores instrumentos de investigação e os grupos de pesquisa. Assim, optou-se aqui fazer uso de dois procedimentos básicos, a saber: 1) Pesquisa etnográfica; e, 2) Entrevista.

Em prol do alcance dos objetivos propostos e da busca da informação diretamente com a população pesquisada (PIANA, 2009), fez-se uma pesquisa etnográfica que, conceitualmente, consiste na arte e na ciência de descrever um grupo humano (suas instituições, seus comportamentos interpessoais, suas produções materiais e suas crenças) (ANGROSINO, 2009). Nesse ínterim, a cultura organizacional criada pela gestão da RENAPSI influencia o beneficiário. Logo, tal abordagem foi aplicada por meio de imersão, atuando como observador participante, havendo dois encontros semanais no decorrer de três meses.

A análise aqui empreendida teve por base a pesquisa etnográfica e, partindo do conceito de Angrosino (2009), a pesquisa se deu via entrevistas com gestores e instrutores, além de discussões por intermédio de atividades mediadas por instrutores com aprendizes da RENAPSI. O método e o produto etnográficos foram associados à observação participante em campo. Empreendeu-se, portanto, a pesquisa de campo, de forma multifatorial, ou seja, conduzida pelo uso de duas ou mais técnicas de coleta de dados.

Para a pesquisa documental realizada fez-se uma consulta à Lei da Aprendizagem (Lei n. 10.097, de 19 de dezembro de 2000) (BRASIL, 2000) e ao Contrato de Prestação de Serviços n. 11/2014-SEAP, nos termos do padrão n. 05/2002, Processo n. 414.000.154/2014, emitido pela Secretaria de Estado de Administração Pública (SEAP) do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 2014), além do *site* da RENAPSI. Nesse ínterim, não houve código de análise documental, mas apenas uma estruturação daquilo que era pertinente em prol dos objetivos da pesquisa e do questionamento norteador.

Como técnica de registro das informações adquiridas, fez-se uso de quatro diários de campo, com anotações organizadas. Os diários de campo eram feitos ao longo da imersão, com as anotações atualizadas de acordo com a observação. As informações ali contidas, organizadas por data, trouxeram a descrição das experiências vividas na organização, sendo divididas por

tópico de atuação dos atores envolvidos (gestor, instrutor e aprendiz). E para melhor entendimento, o presente estudo tratou com as seguintes nomeações para o beneficiário do Programa Brasília Mais Jovem Candango: aprendiz, jovem aprendiz ou jovem candango.

No decorrer da imersão, o autor do estudo participou de uma série de atividades que envolviam os atores supramencionados (saídas de campo para teatros e museus, por exemplo), visando a interação social, cultural e o envolvimento com os aprendizes – um dos objetivos e uma das micropolíticas da RENAPSI. Nesse ínterim, foi possível observar a relação entre os mesmos e como os aprendizes têm pouco acesso à cultura, encarando a atividade de ida ao teatro, rede de televisão ou ao museu como uma grande novidade que não teriam acesso ou até mesmo o interesse despertado, caso não tivesse a atuação da Renapsi na realização de determinadas atividades. Assim, é nítida a evolução ao longo do processo da política profissionalmente, mentalmente e pessoalmente, uma rica experiência para os jovens aprendizes beneficiários, incorporando a bagagem que o Programa proporciona, indo além da capacitação profissional.

Por conseguinte, promoveram-se as entrevistas semiestruturadas, com questionamentos organizados em sequência coerente e objetiva. Mas, o entrevistado poderia adicionar novas questões na medida em que discorria sobre o assunto proposto. Assim, novos tópicos surgiram no decorrer da conversa, ao passo que os critérios foram definidos com o intuito de atingir os objetivos propostos, além de auxiliar na resposta à pergunta norteadora. A intenção aqui foi a coleta de informações dos principais gestores da RENAPSI. E as entrevistas foram facilitadas pela gestora Maria de Lourdes Silva – extremamente articulada com os demais envolvidos.

Na pesquisa, foram entrevistados individualmente os articuladores e executores da Renapsi no âmbito do Programa Brasília Mais Jovem Candango, enumerados por sequência numérica, na ordem que as entrevistas ocorreram. Em grupo, foram entrevistados os beneficiários jovens aprendizes que estavam no dia semanal do seu curso de capacitação na Renapsi, com autorização dos mesmos e da gestão da Renapsi.

A análise dos dados foi feita através da experiência obtida ao longo da imersão, cruzando os dados das entrevistas com os articuladores, executores, os dados obtidos com o processo com os aprendizes e a teoria proposta pela presente pesquisa.

Ao autor do presente estudo, no findar do processo, foi possível palestrar em uma aula, onde o convite partiu do instrutor Diogo, visando proporcionar algum conhecimento sobre o Ensino Superior e sobre a Universidade de Brasília (UnB), uma vez que alguns jovens sairão do Ensino Médio em fins do ano corrente, buscando novas áreas de atuação laboral, além de outros cursos. Tal experiência foi única e construtiva, partindo do ponto que os aprendizes se

mostraram muito curiosos e motivados com a promoção ao Ensino Superior e ao ambiente universitário.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

A referência teórica da presente pesquisa teve como base o conceito de experiência de Schwartz (2010), juntamente com o estudo de qualificação profissional, tendo como base a Secretaria de Trabalho do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 2020a), por meio do Observatório do PNE (2020), além de incorporar o conceito de burocracia de Weber (s. d.) e a teoria do burocrata nível de rua de Lipsky (1980; *apud* HAWLEY, 1976; 2019).

#### 3.1 Experiência para Schwartz

O conceito de experiência de Schwartz (2010) aponta a diferença entre os termos “experiência” e “experimentação”. Para ele, a experiência, mais especificamente, a experiência no trabalho, é uma situação de trabalho que, em parte, é imprevisível, sem possibilidade de antecipar ou prever a proporção. Tem-se aí o essencial da experiência, pois caso o processo de trabalho fosse nada mais que ações repetitivas, seria denominado protocolo experimental. Nesse ínterim, aquele autor distingue a diferença dos termos “trabalho” e “trabalho como experiência”, ou seja, a experiência no trabalho não é uma vantagem benéfica, mas, sim, “um obstáculo à ampliação ou ao enriquecimento” (SCHWARTZ, 2010, p. 00); pois ficar muito tempo na mesma situação significa um costume do corpo e da mente, fazendo com que o indivíduo pare de questionar-se internamente, impedindo qualquer tipo de evolução, tornando seu labor diário algo monótono. E ainda, ele atenta que a experiência é positiva quando do trabalho como experiência, pois surgem diversos confrontos internos e novos hábitos, enriquecendo o poder de evolução.

Diante do exposto, percebe-se, de fato, a importância da Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração (RENAPSI) no âmbito do Programa Brasília Mais Jovem Candango, sendo a primeira responsável pela capacitação dos jovens de baixa renda, proporcionando uma jornada que faça o aprendiz ter o trabalho como experiência, uma vez que ele está sendo preparado para o mercado de trabalho, atuando em órgãos públicos. Assim, no que tange ao Programa em questão, a experiência é essencialmente formadora por proporcionar aos jovens a aquisição de experiência, com o seu labor para a sociedade.

A experiência no âmbito público permite ao jovem aprendiz vivenciar diversas experiências que causam, profissionalmente, conflitos enriquecedores. Mas também como apresenta Schwartz (2010), existem momentos onde o mesmo terá experiência no trabalho, uma vez que o trabalho do órgão onde se está alocado é aquele que oferta os mais diversos tipos de

serviço para a população, tornando o trabalho um tanto monótono, por causa do trabalho diário de um órgão público e da burocracia (WEBER, s. d.). Assim, o aprendiz chega a se tornar um burocrata a nível de rua, em diversas vezes, com a experiência no trabalho (LIPSKY, 1980, 2019; LIPSKY *apud* HAWLEY, 1976).

### **3.2 Burocracia para Weber**

Conceitualmente, Weber (s. d.) define o termo “burocracia” como um sistema que administra e propaga a hierarquia, ou seja, uma forma de disciplina rigorosa que reverencia a autoridade. Tem-se aí uma forma de organização humana com base na racionalidade, ou seja, suas ações devem ser analisadas e estabelecidas de modo formal e impessoal, a fim de alcançarem os objetivos pretendidos.

Aquele sociólogo considera a burocracia como o modo mais eficiente e racional para lograr os objetivos organizacionais, distinguindo o público do privado. Nesse ínterim, a ação do indivíduo que é levada em conta é a profissional, e não a pessoal.

O surgimento da teoria da burocracia se deu por meio da necessidade de criação de um modelo de organização racional capaz de caracterizar todas as variáveis envolvidas.

Segundo Maximiano (2000), Weber buscou descrever o alicerce formal e legal de base das organizações, pois sua atenção se voltava para a relação obediência-autoridade (processo de dominação), onde as organizações modernas dependem de leis. No modelo weberiano, “organizações formais” e “organizações burocráticas” são sinônimos.

No âmbito do serviço público, a burocracia rege o trabalho de todas as organizações, ordenado por rotinas, linhas de autoridade, tramitações e responsabilidades, a partir de regulamentos fixos. Diariamente são tomadas decisões que serão uma ação governamental; mas nem sempre quem decide, executa. Logo, é justo partir-se aqui para a definição de burocratas nível de rua.

### **3.3 Burocrata a nível de rua para Lipsky**

“*Street-level bureaucracy*” ou “burocracia nível de rua”, como foi literalmente traduzido pela literatura brasileira, foi o termo designado pioneiramente por Lipsky (1980; *apud* HAWLEY, 1976; 2019) para denominar uma classe específica da estrutura burocrática dos governos contemporâneos.

Aquele estudioso elucida que tais profissionais são uma espécie de representantes do Estado contemporâneo perante os indivíduos e, por isso, são atores considerados estratégicos para a compreensão da realidade das políticas públicas atuais.

A teoria de Lipsky discriminando o burocrata a nível de rua relata a importância da análise, pois, este último vivencia o contexto da comunidade onde atua, determinando o acesso da população a direitos e à própria Administração Pública, sendo a personificação do Estado (LOTTA *apud* FARIA, 2012).

Nesse viés, na presente pesquisa, os aprendizes da RENAPSI são capacitados e treinados para exercer trabalhos da Administração Pública, cuja atribuição de atividade é o serviço da espécie administrativa, especificamente:

Auxiliar de escritório, em geral – auxiliar administrativo de pessoal, auxiliar de compras, auxiliar de escritório, auxiliar de estoque, auxiliar de promoção de vendas (administrativo), auxiliar de setor de compras (administrativo), auxiliar de supervisor de vendas (administrativo), auxiliares administrativos e de escritórios, escriturário.  
Descrição Sumária - Executar serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, financeira e logística, atendem fornecedores e clientes, fornecendo e recebendo informações sobre produtos e serviços; tratam de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos (DISTRITO FEDERAL, 2013, n. p.).

Seguindo a teoria do burocrata nível de rua, os burocratas de rua são funcionários que trabalham diretamente no contato com os usuários dos serviços públicos, como, por exemplo, policiais, professores, profissionais de saúde, entre outros (LIPSKY, 1980). Nesse ínterim, introduzindo o papel da RENAPSI no âmbito do Programa supramencionado, a presente pesquisa investigou os impactos da formação prática e teórica. Assim, a teoria de Lipsky é importante para uma análise do trabalho da RENAPSI, pois, a atuação da organização compete na formação de jovens candangos que, através da capacitação, estarão aptos a atuar como burocratas nível de rua via Programa Brasília Mais Jovem Candango, correlacionando governo e beneficiário, e assumindo a posição de intermediadora.

### **3.4 Qualificação profissional**

Faz-se importante tratar da necessidade de políticas públicas de qualificação profissional, com vistas ao aprendizado individual e coletivo, além do desenvolvimento e da inserção das minorias afetadas com a defasagem.

Na percepção dos economistas evolucionários, a qualificação e o aprendizado institucional tornaram-se elementos-chave nas estratégias de desenvolvimento. Alguns autores

dessa corrente de pensamento chegam até a denominar esse contexto de competição intensa e mudança rápida de *the learning economy* (JOHNSON; LORENZ; LUNDVALL, 2002; LUNDVALL; BORRÁS, 1997).

De fato, as políticas de qualificação são políticas sociais e envolvem um amplo conjunto de sujeitos, não se podendo tomar, por exemplo, o poder público como única instância da sua formulação. Elas implicam jogos de forças e interesses diversos e distintos, expressando tensões históricas, uma vez que as políticas são orgânicas às características das formações sociais em que se situam (OLIVEIRA; VIANA, 2012).

Nos últimos tempos, a qualificação profissional do jovem no Brasil sofreu alguma defasagem pela inexistência de políticas públicas que dessem suporte para as minorias que não tinham acesso ao mercado de trabalho. E tendo em vista a deficiência formativa da força de trabalho, esta é pautada pelas circunstâncias históricas de determinadas necessidades profissionais – requisitos do processo produtivo. Em certa medida e, por vezes, de modo parcial e relativo, Deitos e Lara (2016, p. 167) observam que “certos requisitos são exigidos permanentemente no processo de produção e reprodução do capital [...]”.

No Brasil, a educação profissional vem crescendo como política de governo, executada via projetos e programas, como, por exemplo, a Reforma da Educação Profissional do governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010). De fato, as políticas públicas de qualificação vêm crescendo em busca do acesso das minorias para o mercado de trabalho.

No âmbito do Distrito Federal, a problemática enfrentada em relação à inserção dos jovens no mercado de trabalho mostra-se evidente na falta de oportunidades e na alta procura pelo primeiro emprego. Assim, o Estado, por meio da RENAPSI, buscou pavimentar a via de entrada para os jovens beneficiários do Programa Brasília Mais Jovem Candango.

Nesse sentido, na imersão propiciada pela presente pesquisa, percebeu-se a necessidade dos aprendizes, uma vez que os mesmos se encontram em estado de vulnerabilidade social e o mercado de trabalho é bem disputado. Segundo o Observatório do Trabalho, no que tange ao mercado de trabalho no Distrito Federal, a taxa de desemprego em junho de 2020 passou de 21,6% para 19,01% em julho de 2020, com um contingente de desocupados estimado em 293 mil indivíduos (DISTRITO FEDERAL, 2020a).

Sobre a questão da vulnerabilidade social, Vignoli (2001) a entende como uma falta de acesso às estruturas de oportunidade ofertadas pelo mercado, pelo Estado ou pela sociedade, apontando a carência de um conjunto de atributos necessários para o aproveitamento efetivo da estrutura de oportunidades existentes em um mundo difícil, onde muitos jovens se perdem com o passar dos anos, poucas oportunidades surgem e o caminho mais fácil pode ser o errado.

Segundo os objetivos do Programa supramencionado, priorizando os beneficiários em condição de vulnerabilidade social, a RENAPSI visa cumprir o que foi proposto pelo Governo do Distrito Federal (GDF) por meio da Lei da Aprendizagem (Lei n. 10.097, de 19 de dezembro de 2000) – criada no governo de Fernando Henrique Cardoso, que altera os dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943) (BRASIL, 1943), onde, em seu art. 403, era proibido qualquer trabalho ao menor de 18 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, que regulamentou o trabalho de jovens de 14 a 24 anos de idade, com contrato especial, com duração de, no máximo, dois anos, Carteira de Trabalho assinada, 13º salário e férias.

Para conhecimento, cerca de 3,3 milhões de jovens aprendizes já passaram por programas de aprendizagem entre 2005 – ano da regulamentação da Lei n. 10.097/2000 – e 2017 (BRASIL, 2014).

Certifica-se, portanto, a forma de execução do Programa Brasília Mais Jovem Candango através da RENAPSI, respaldada pela Lei de Aprendizagem que, com as necessidades do Estado, acaba formando jovens aprendizes com experiência na atuação de burocrata nível de rua, havendo a necessidade de melhor aproveitamento do aprendiz formado. Nesse sentido, no decorrer de 2020, a adaptação foi necessária por conta de toda problemática advinda da pandemia da COVID-19.

#### **4 DIAGNÓSTICO DA POLÍTICA PÚBLICA**

Esta seção segue o objetivo geral do trabalho, dividida em uma visão geral da política, apresentação dos resultados obtidos, incorporando-os com os objetivos específicos e a teoria proposta pela presente pesquisa.

Em 2014, pouco menos de 15,9% dos jovens, entre 14 e 25 anos de idade, estavam desempregados. Anterior a esse pico, em 2004, constatou-se 23,4% de jovens desempregados e, atualmente, no primeiro trimestre de 2020, logrou-se ao pico de 36% dos jovens desempregados (IBGE, 2020). Nesse ínterim, a pandemia da COVID-19 (*Corona Virus Disease 19*) deixou a situação mais complicada e muito delicada, agravando a situação dos jovens no Brasil e, em particular, no Distrito Federal, segundo a base de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada pela Secretaria do Trabalho local, onde a taxa de desemprego total da referida Unidade da Federação (UF) aumentou em 20,7%, alcançando cerca de 333 mil moradores – quantitativo 0,9% maior do que o do mesmo período em 2019, quando havia 320 mil pessoas desempregadas (DISTRITO FEDERAL, 2020a).

Diante do contexto em questão, do governo Michel Miguel Elias Temer Lulia ao governo Jair Messias Bolsonaro, o progresso de empregabilidade dos jovens foi quase nulo, com uma diferença de 0,5% (IBGE, 2020), dificultando a vida daqueles que pretendem ingressar no mercado de trabalho. De fato, a inserção dos jovens no mercado de trabalho é dificultada, em grande parte, pela falta de experiência – algo tão desejado pelo setor de Recursos Humanos. Segundo a Diretoria da Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração (RENAPSI), por exemplo, a Coordenadora respondeu que referente aos outros programas de aprendizagem (empresas privadas) onde não há pré-requisito, 64% das empresas tem preferência por aprendizes que já tiveram experiência profissional.

No âmbito do Distrito Federal, a Lei n. 5.216, de 14 de novembro de 2013, sancionada pelo então governador de Brasília, Agnelo Queiroz, deu origem ao Programa Brasília Mais Jovem Candango, dentro da antiga Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude (DISTRITO FEDERAL, 2013), cujo objetivo era promover o aumento das oportunidades de emprego para os jovens de determinada faixa etária, tratando-se de um serviço de proteção social básica de integração entre os mesmos, inserindo-os no mercado de trabalho.

#### 4.1 Plano Distrital de Qualificação

A Secretaria de Trabalho do Distrito Federal – órgão que executa as políticas públicas de trabalho no âmbito local – está em processo de atualização do Plano Distrital de Qualificação (PDQ) – Resolução n. 201, de 26 de março de 2010 – (DISTRITO FEDERAL, 2010), que tem por objetivo promover mudanças estruturais no comportamento e direcionamento de programas e projetos de certificação de qualificação social e profissional para enfrentar a desigualdade social, minimizar a vulnerabilidade econômica e, principalmente, reduzir a exclusão no mercado de trabalho, pessoas marginalizadas. Aqui se desejou proporcionar qualificação social e profissional voltada para as necessidades do mercado.

De fato, com a execução do PDQ, o Programa Brasília Mais Jovem Candango será fortalecido por ter como base objetivos traçados anteriormente, sendo que a meta é dar mais oportunidades àqueles que, em estado de vulnerabilidade social, sofreram algum impacto no período da pandemia da COVID-19 (*Corona Virus Disease 19*). Logo, a Secretaria supramencionada sentiu a necessidade da criação de uma base de dados e de indicadores referente ao trabalho no Distrito Federal, instituindo o Observatório do Trabalho (DISTRITO FEDERAL, 2020a).

O Observatório do Trabalho é uma política de execução, que tem como atribuição acompanhar, analisar, interpretar e disponibilizar dados e informações das principais pesquisas socioeconômicas e análises dos números que integrem com o mundo do trabalho nos seguintes levantamentos: Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), entre outras.

Nesse ínterim, vale salientar atitudes assim tiveram início, por exemplo, em 1994, na capital paulista, por meio de convênio entre o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e a PED. E bem antes, no âmbito local, em 1992, foi implantada por meio de parceria entre a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), o DIEESE, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) do Ministério do Trabalho e a Secretaria de Estado do Trabalho do Distrito Federal (SETRAB-DF), passando a ser uma pesquisa mensal no decorrer de 2020.

## 4.2 Educação e trabalho

A relação trabalho-educação atualmente é bastante debatida no contexto organizacional, onde o trabalho está diretamente ligado a educação, não somente à educação de ensino formal, mas da forma de agir, de aprender com a experiência.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2019), considerado a média de pesquisados – estudantes de 18 a 24 anos de idade –, em 2018, quase metade ainda não havia completado a trajetória da educação básica e ingressado na universidade, embora, no período 2001-2012, a proporção daqueles que cursavam o Ensino Fundamental tenha se reduzido de 21% para 6% e a proporção referente aos matriculados no Ensino Superior tenha se ampliado de 27% para 52%, indicando alguma redução do atraso escolar.

De fato, o nível de qualificação da força de trabalho brasileira, levando em consideração o nível de escolaridade, aponta que alguns limites enfrentados no mercado de trabalho são consequências do atraso educacional local, acumulado ao longo de anos e apenas minorado por meio de políticas públicas de qualificação e educação implantadas. Como exemplo, tem-se o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) do Ministério da Educação (MEC), que tem como objetivo oferecer cursos de educação profissional a estudantes, trabalhadores diversos, pessoas com deficiência e beneficiários dos programas federais de transferência de renda (BRASIL, 2020). Trata-se de um Programa que, através da enorme Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e fazendo parcerias com unidades do Sistema S<sup>2</sup>, visa aumentar a oferta de educação profissional e tecnológica em prol da evolução da escolaridade do trabalhador. Assim como as políticas públicas de qualificação profissional, têm-se aí uma atenção especial à dimensão social de inclusão de segmentos menos favorecidos da população.

O público atendido pelo Programa em questão se restringe aos jovens entre 14 e 18 anos de idade (não se aplicando a aprendizes com deficiência, que podem ultrapassar o limite), tendo como requisitos frequentar a escola e permanecer no ensino formal durante o tempo de estágio, exceto em caso de o jovem concluir o Ensino Médio. E ainda, perfazendo uma jornada de trabalho de quatro horas/dia, podendo ser acrescida para seis horas/dia (para um dia da escala

---

<sup>2</sup> “Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest)” (AGÊNCIA SENADO, 2020, n. p.).

de trabalho, o jovem tem por obrigação comparecer ao curso de capacitação da agência integradora de seu contrato).

As contratações se dão pela RENAPSI, onde os jovens são encaminhados para a Administração Pública Direta e Autárquica, em órgão do Governo do Distrito Federal (GDF), com duração de 16 meses. O jovem inserido no Programa Brasília Mais Jovem Candango pode participar de cursos de formação e capacitação ofertados pelas instituições qualificadas (agências de integração).

A forma de execução daquele Programa promove a inserção dos jovens distribuídos por órgãos do GDF, tais como: Agência Brasília de Fiscalização, Administrações Regionais, Conselhos Tutelares, Departamento de Trânsito (DETRAN), Hospitais Regionais (HRs), Polícia Civil (PC), Palácio do Buriti, Procuradoria do Consumidor (PROCON) e Procuradoria Geral do Distrito Federal (PGDF) – órgãos que prestam serviço para a população, com atendimento ao público e trabalho administrativo, necessitando de recurso de pessoal<sup>3</sup>.

Diante do exposto, o Programa Brasília Mais Jovem Candango tem por objetivo: “Ampliar as oportunidades do primeiro emprego aos estudantes de 14 a 18 anos de idade, que estejam cursando as últimas séries do ensino Fundamental e Ensino Médio (DISTRITO FEDERAL, 2013, n. p.).

É preciso destacar que a fomentação do emprego e capacitação dos jovens aprendizes para o mercado de trabalho está diretamente ligada à problemática levantada por Lipsky (1980), onde expressa a necessidade de investir em burocratas de qualidade.

Há um outro “problema” da burocracia de nível de rua que é totalmente diferente do que vimos até agora: como garantir que pessoas empregadas pelo Estado para ensinar, julgar, avaliar e aconselhar tenham as habilidades, a experiência e o treinamento necessários à discricionariedade de uma forma adequada e eficaz? (LIPSKY, 1980, p. 418).

De fato, o trabalho de aprendizagem da RENAPSI busca a mediação do acesso ao mundo do trabalho e a mobilização social para a construção de estratégias coletivas. No âmbito do Programa em comento, a gestão tem por norte desenvolver uma execução pautada em assistência e amparo social daqueles aprendizes que, em sua maioria, conforme contrato, vive em situação de vulnerabilidade social. Nesse ínterim, a organização dispõe de diferentes ferramentas, desde o acolhimento do corpo docente, com apoio pedagógico, acompanhamento de psicólogo, até o trabalho dos instrutores, praticando a integração social entre os jovens. Em

---

<sup>3</sup> Número de indivíduos disponíveis para a execução do trabalho.

questões burocráticas, é disponibilizado apoio administrativo com a resolução de pendências trabalhistas<sup>4</sup>.

O trabalho de capacitação daquela Rede explora o aprendiz para atuar como o indivíduo que operacionaliza o serviço – o que, para Lipsky (1980; *apud* HAWLEY, 1976; 2019), é o burocrata a nível de rua, que adquire experiência na prestação de serviço diretamente à população (formação teórico-prática). Ao final do contrato, os aprendizes recebem a certificação de auxiliar administrativo. E no caso do Programa Brasília Mais Jovem Candango e das especificidades do serviço prestado à população, os jovens enxergam a oportunidade de crescimento profissional por meio do trabalho que exercem na Administração Pública, uma vez que estes vêm de família com pouca oportunidade e em situação de vulnerabilidade social.

Com base no conceito de experiência de Schwartz (2010) e observando as oportunidades e o modo com que a RENAPSI capacita seus aprendizes, tem-se o trabalho como experiência, que, conseqüentemente, capacita-os para o mercado de trabalho, conforme o objetivo do Programa Brasília Mais Jovem Candango.

Segundo Lipsky (1980), os burocratas nível de rua, muitas vezes, passam toda sua vida profissional nesses ambientes corrompidos de trabalho. E ainda, Schwartz (2010), ao destacar a questão da experiência no trabalho, evidencia que o trabalho da RENAPSI ampara o aprendiz, capacitando-o profissionalmente e lhe disponibilizando apoio psicológico durante sua formação, versando a necessidade do órgão de trabalho. De fato, além da capacitação, é importante o apoio e amparo, pois como o Programa trará a primeira experiência de emprego para esses jovens, diversas situações de experiência serão enfrentadas.

Talvez o melhor seja imaginar um continuum de experiências de trabalho que vão desde aquelas que são profundamente estressantes, e onde o processamento de clientes é severamente submetido à escassez de recursos, até aquelas que proporcionam um equilíbrio razoável entre exigências de trabalho e uma prática bem-sucedida. Os trabalhadores argumentam que esse continuum pode se modificar ao longo do tempo, à medida que ganham experiência, assim como o volume de trabalho e as tarefas variam, ou o local de trabalho adota novas abordagens ou engloba novas clientelas (LIPSKY, 1980, p. 25).

Conforme o exposto, a RENAPSI desenvolve o treinamento necessário para o jovem poder atuar e agir em situações difíceis e que exigem decisão “[...] na medida em que são pressionados pelas demandas de serviços, para aumentarem a efetividade e a responsividade; ao mesmo tempo, são pressionados pelos cidadãos para aumentarem a eficiência e a eficácia” (LOTTA *apud* FARIA, 2012, p. 00).

---

<sup>4</sup> Diz respeito à execução de atividades burocráticas (exame médico de admissão e demissão, por exemplo).

Durante a imersão na presente pesquisa, mediante entrevista com a gestora da entidade, Maria de Lourdes, foi disponibilizado o quantitativo de aprendizes que foram contratados no decorrer do Programa Brasília Mais Jovem Candango, salientando que houveram termos aditivos adicionados ao contrato inicial, com o objetivo de verificar o número total de aprendizes previstos em contrato.

Tabela 1 – Quantitativo de aprendizes contratados.

Lote	Quantitativo de Aprendizes – RENAPSI	Quantitativo de Aprendizes – OSJC
01	1500	1500
02	750	750
03	400	400

Onde: RENAPSI – Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração; OSJC – Obras Sociais do Centro Espírita Fraternidade Jerônimo Candinho.

Fonte: Adaptado de RENAPSI (2020).

Conforme previsto em contrato inicial e com os aditivos, foram contratados pela RENAPSI, no total, 2.650 aprendizes, no decorrer de cinco anos, fechando o ciclo 2014-2019, ao passo que no ano de 2020, foi concluído o contrato dos últimos aprendizes que entraram.

Destarte, fazendo uso de entrevistas junto a alguns aprendizes, a seguir, têm-se os relatos de suas experiências de trabalho.

Trabalho na Administração de São Sebastião, já tive experiência de trabalhar, mas era bico com meu pai, aqui no Jovem Candango tive a oportunidade de trabalhar pela primeira vez com carteira assinada e meus chefes na administração me acolheram bem, trabalho na Gerência de esporte e lazer, fazendo a liberação das quadras e campos da cidade, o público que eu atendo são os donos de escolinhas de esporte ou que tenham projetos sociais, é tranquilo o trabalho, uma vez que a RENAPSI nos capacita para esse trabalho administrativo e para atender o público do jeito certo (Entrevista 1 – Jovem Candango Arthur Ramos).

Trabalho no PROCON, lá pude ter minha primeira experiência de emprego, o maior desafio foi o atendimento ao público, no início eu apenas acompanhava os atendimentos feitos pelos meus companheiros de trabalho, mas ao longo do tempo, por se tratar de muitos cargos em comissão, muitos deles foram exonerados, e por já estar ali acompanhando a atribuição de fazer atendimento passou para mim, nos primeiros atendimentos foi muito difícil, pois as pessoas achavam que a culpa era minha, mas todos os problemas que tinha comigo eu levava para a RENAPSI no dia de curso, sempre conversava com meu instrutor, que me dava bons conselhos e a capacitação ajudava muito, pois ensinava como tratar o público, me dando a segurando e o atendimento adequado para prestar meus serviços a população (Entrevista 2 – Jovem Candango Vinicius Lisboa).

Com base nos relatos apresentados, foi possível perceber a importância da eficácia na capacitação e execução do Programa Brasília Mais Jovem Candango, pois, a experiência

adquirida em relação ao trabalho pelo aprendiz facilita sua inserção no mercado de trabalho. Sobre a questão, Lipsky (1980) entende que o estudo de burocracias nível de rua e a experiência cotidiana remetem à questão da necessidade de funcionários públicos flexíveis e, de fato, úteis. Nesse ínterim, com as entrevistas empreendidas, o trabalho da RENAPSI é diretamente descrito no impacto da realização da atividade dos jovens.

Lipsky (1980) assevera que é importante capacitar o burocrata para, assim, buscar a eficiência da burocracia proposta por Weber. Nesse ínterim, no caso em comento, existem problemas que atrapalham a execução da RENAPSI na formação do jovem candango.

Primeiramente, para a identificação dos problemas apontados, a presente pesquisa se deteve na importância do trabalho da RENAPSI no âmbito do Programa Brasília Mais Jovem Candango, onde suas micropolíticas aplicadas tratam diretamente com o beneficiário. Sobre a questão, a gestora entrevistada manifestou que o impacto da atividade gestão<sup>5</sup> daquela Rede reflete diretamente ao beneficiário, uma vez que a atuação da gestão teve por objetivo a conclusão do contrato firmado com o GDF, findado em 2019, mas devido à pandemia da COVID-19, foi prorrogado para 2020.

Durante a imersão em 2019, foi possível observar as variadas micropolíticas. Sobre a questão, Guattari e Rolnik (1986) definem a micropolítica como uma analítica das formações do desejo no campo social que diz respeito ao modo como se cruza o nível das diferenças sociais mais amplas; ou seja, a atividade de cada um a partir do lugar social em que ele se encontra. Assim, a percepção de integração é uma ferramenta essencial para a adaptação do indivíduo no ambiente profissional. Nesse contexto, a RENAPSI desenvolve micropolíticas diariamente voltadas para a inserção social do jovem.

Em contato com os aprendizes na visita às aulas, percebeu-se um ambiente de descontração nos primeiros dias, pois, segundo a entrevistada 1 da pesquisa, aproximadamente 75% se encontravam em fim de contrato.

Em entrevista com o entrevistado 2, logrou-se o conhecimento da metodologia ali utilizada para aplicar as micropolíticas de aprendizagem, buscando envolver seus aprendizes, com o objetivo de mapear os impactos da RENAPSI para o jovem candango, considerando a formação técnico-profissional, contando com a ajuda do instrutor para mediar uma atividade com os aprendizes.

---

<sup>5</sup> Segundo a Direção Nacional de Aprendizagem, atividade gestão diz respeito à atividade exercida pela gestão em prol dos aprendizes.

A atividade proposta pelo instrutor de aprendizagem foi que todos pudessem relatar sobre a primeira experiência de trabalho, como define Schwartz (2010) no conceito referente ao trabalho como experiência, levando em consideração que, segundo a RENAPSI, cerca de 89% dos aprendizes estão na sua primeira vivência no mercado de trabalho, bem como as superações, os aprendizados adquiridos e o que mudou na vida pessoal, profissional e escolar; pois, segundo a teoria de Lipsky (1980, p. 418):

A segunda circunstância que as burocracias do serviço público devem salientar em relação à capacidade de resposta é quando os serviços públicos exigem a iniciativa individual, o cultivo da experiência e um grau de empatia que não pode ser reduzido às esferas administrativas.

Diante do exposto, tem-se um importante trabalho de capacitação, além do administrativo, que traz experiência para os jovens poderem agir quando necessário, de modo que caiba nas diferentes situações que possam culminar em novos desafios.

No âmbito da pesquisa, a experiência foi rica, sendo discriminada a obtenção de novos recursos a partir da burocracia nível de rua, uma vez que os aprendizes relataram suas vivências semanais no curso e diárias, aplicando o conteúdo adquirido do curso no trabalho. Frio na barriga, medo e felicidade foram as emoções sentidas por alguns dos jovens ao receberem a notícia da RENAPSI que seriam contratados, sem experiência. Os aprendizes relataram sobre os órgãos que trabalham, onde diferentes climas organizacionais trazem diferentes conhecimentos, ao passo que alguns relataram ter atribuições iguais a de servidores, sendo que outros alegaram que tinham pouco serviço.

Diante dos conhecimentos obtidos, os aprendizes puderam relatar como era sua forma de trabalho e quais mudanças ou atitudes tiveram que impactaram no órgão ou setor onde prestava o serviço.

### **4.3 Aprendizados**

A responsabilidade foi a aquisição mais apontada – aproximadamente 90% diz ter criado uma responsabilidade profissional e pessoal no labor diário, onde uma série de fatores culminam nos resultados de suas atitudes e influenciam no cumprimento das tarefas, desde sair de casa no horário correto certo até o cumprimento das atividades no curso e no trabalho.

A ambientação no curso proporcionou, segundo os partícipes da pesquisa, o aprendizado a se adaptarem a diferentes ambientes. Rafael Barros, por exemplo, foi transferido de órgão,

adaptando-se rapidamente ao novo clima organizacional. De fato, com o apoio da RENAPSI, a adaptação foi inevitável para todos, mas como primeira experiência, levam uma nova bagagem para adaptar-se a novos caminhos.

#### **4.4 Superações**

O público do Programa Brasília Mais Jovem Candango concerne oportunidade àqueles em situação de vulnerabilidade social. A superação pode ser observada de diferentes pontos de vista. Assim, durante a imersão, houve um relato que remete para um leque de problemas da sociedade: o jovem candango Juan Silva, com passagem por medida socioeducativa, relatou que tinha perdido a noção de convívio, pois quando iniciou suas atividades, não sabia desenvolver um assunto de conversa e suas reações eram apenas concordar e abaixar a cabeça; no decorrer do curso de capacitação, foi descobrindo e aprimorando suas habilidades, superando a si mesmo, sentindo-se, atualmente, muito orgulhoso.

Sem dúvida, o ato de superar pode significar encarar cada dificuldade com coragem ou encarar situações que necessitem de superação para seguir. Nesse ínterim, os aprendizes proporcionaram uma discussão de ajuda e valorização à vida, apresentando suas superações. Falecimento familiar – superação da perda de um ente querido para continuar a vida, os objetivos e o trabalho – foi um aspecto comum em três relatos.

#### **4.5 Sucesso**

O Programa Brasília Mais Jovem Candango visa proporcionar ao jovem uma primeira experiência de trabalho, e o sucesso foi incorporado por uma questão de evolução desde o momento que o aprendiz iniciou o processo. Diariamente, os jovens são incentivados ao sucesso, seja profissional ou pessoal. A temática foi recebida com entusiasmo pela turma, com a ocorrência de muitos relatos de objetivo e/ou sucesso alcançado, trazendo para a discussão (novamente) a importância e relevância daquele Programa para o próprio aprendiz e para a sociedade.

#### **4.6 Escola**

O tema “escola” foi proposto pelo instrutor Anderson para sugerir uma discussão pautada na relação do Programa em comento com a escola. O norte era evidenciar a importância

de permanência na escola após o término de contrato, pois, de acordo com o Censo Escolar do Distrito Federal do ano de 2017, a taxa de afastados por abandono no Ensino Fundamental foi de 1,73% e, no Ensino Médio, de 7,81% - quantitativos altos quando se trata de ensino básico, nas diretrizes aliadas com as metas do Plano Nacional de Educação (PNE): o objetivo é garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam o Ensino Fundamental na idade recomendada, até o último de execução, e elevar, até o final do período de vigência, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85% (DISTRITO FEDERAL, 2017).

Na discussão em voga foi possível perceber a dificuldade que os alunos têm em conciliar escola e trabalho, pois ocorrem as questões de cansaço, locomoção e pouco tempo de estudo, que afetam diretamente seu desenvolvimento escolar.

Partindo do pressuposto da entrega de resultados para a população (LIPSKY, 1980) e atingir o objetivo do Programa Brasília Mais Jovem Candango, a responsabilidade é da RENAPSI, tanto da entrega para a população, quanto para o governo. Tem-se aí, portanto, o papel de uma Organização Não Governamental (ONG) em uma ação governamental<sup>6</sup> e atores que cotidianamente lidam com performances comunicativas que envolvem a conciliação de variadas demandas, necessidades e constrangimentos (LOTTA; PAVEZ, 2010). Assim, vale reforçar a importância da execução nos modos desenvolvidos pela Rede em comento, atingindo os objetivos previstos em contrato, sendo a ponte entre o Estado e a população.

Com o objetivo de investigar a problemática enfrentada pela RENAPSI para executar o Programa em comento, o presente estudo ingressou na problemática que, segundo a gestora Maria de Lourdes, dificulta um pouco a gestão por parte daquela Rede. Nesse ínterim, curiosamente foi perceptível a dificuldade na atuação do governo no repasse de informações para a RENAPSI, uma vez que houve substituição nas cadeiras, por conta do alto número de cargos de confiança, resultando em novos nomes de pouca experiência na política, dificultando o trabalho da ONG. Logo, o repasse da verba destinada ao pagamento dos aprendizes é uma incógnita todo mês, segundo o aprendiz Douglas Barbosa: “No começo a gente recebia certinho (...), mas agora sempre atrasa (...) eu uso o dinheiro para pagar minha faculdade de pedagogia, quando atrasa o pagamento, eu perco meu desconto”. O pagamento é previsto em contrato para o quinto dia útil do mês, mas nunca é disponibilizado no dia prometido. Conforme contato com a pasta governamental que cuida da questão, o atraso se dá por conta de a liberação do recurso ser competência da Secretaria de Fazenda.

---

<sup>6</sup>Ação governamental que tange a ação do governo em prol de programas e políticas demandadas pela população.

Ainda sobre a questão financeira, os aprendizes são aqueles em estado de vulnerabilidade social; ou seja, em muitos casos, seu salário mensal é o que ajuda ou sustenta a família, e o não repasse deste prejudica o jovem e a família. De acordo com o entrevistado 3 a Diretoria Nacional de Aprendizagem, cerca de 38% dos aprendizes ativos em 2020, tem o pai, a mãe, ou algum responsável desempregado.

Os desafios da gestão não ficam apenas a cargo da relação com o GDF. Atualmente, o quadro de instrutores de aprendizagem em atividade para atender os aprendizes do Programa Brasília Mais Jovem Candango também dificulta sua execução. Nesse sentido, segundo o Setor de Recursos Humanos, com a pandemia da COVID-19, o quadro de instrutores diminuiu 10%, sendo necessário o ajuste do número de aprendizes por instrutor.

Conceitualmente, o instrutor de aprendizagem é o profissional responsável por preparar e ministrar treinamentos, atividades teóricas e práticas conforme o projeto estabelecido e relacionado à área de treinamento de pessoal (RENAPSI, 2020). No âmbito do Programa em comento, compete ao mesmo: preparar e ministrar treinamentos, atividades teóricas e práticas conforme projeto estabelecido; orientar, acompanhar e avaliar o aprendiz; preparar materiais necessários para realização das tarefas pelos jovens candangos; manter atualizados e corretos os registros das atividades sob sua responsabilidade; participar da elaboração de recursos instrucionais que atendam aos objetivos das atividades programadas; planejar, preparar e entregar atividades de treinamento que facilitam experiências de aprendizagem; e, apoiar os participantes com orientações e esclarecimentos sobre o conteúdo, buscando garantir a compreensão e apreensão do conteúdo didático do treinamento.

Com o objetivo de mapear o quadro e a distribuição de turmas por instrutor, foi investigado o quadro dos instrutores. Aqui se logrou o conhecimento de que atualmente estão em atividade o número total de sete profissionais, aptos para trabalhar em todos os programas de aprendizagem da RENAPSI. (RENAPSI, 2019). Porém, um instrutor ministra os treinamentos para os aprendizes do Programa Brasília Mais Jovem Candango.

A distribuição de instrutores se dá pela gestão de acordo com o contrato vigente – um desafio para a gestão, pois, o impacto do gerenciamento da Rede em comento reflete diretamente ao beneficiário, visando concluir o contrato de prestação de serviço.

Em entrevista com o gestor responsável pela distribuição, foi disponibilizado o quadro de distribuição de instrutores e quantitativo de alunos para cada profissional por turno. Na presente pesquisa, a fim de evitar a exposição de nomes, os instrutores foram numerados de 1 a 7, conforme se segue:

Quadro 1 – Distribuição de aprendizes.

	Instrutores						
	1	2	3	4	5	6	7
Programa	Adolescente Aprendiz	Adolescente Aprendiz	Adolescente Aprendiz	Adolescente Aprendiz	Jovem Cidadão	Jovem Cidadão	Brasília Mais Jovem Candango
Quantitativo de Aprendizes	15	15	15	10	25	20	40

Fonte: Adaptado de RENAPSI (2020).

Conforme o Contrato de Prestação de Serviços n. 11/2014-SEAP, nos termos do padrão n. 05/2002, Processo n. 414.000.154/2014, emitido pela Secretaria de Estado de Administração Pública (SEAP) do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 2014), durante a imersão estavam ativos 400 aprendizes referentes ao lote 3, para o treinamento e a capacitação da RENAPSI. Os mesmos foram divididos pelos turnos matutino e vespertino, de segunda a sexta-feira, sendo obrigatória a presença do aprendiz um dia por semana na RENAPSI. A distribuição das turmas sobrecarrega o instrutor responsável pelo grupo de aprendizes, pois, a cada turno, tem-se uma turma de 40 jovens candangos para capacitar.

Na presente pesquisa, no decorrer da imersão, o gestor deixou claro a necessidade de alocação do número maior de aprendizes do Programa Brasília Mais Jovem Candango pelo contrato firmado com o GDF, pois, o valor repassado por aprendiz é mais baixo em comparação aos contratos dos outros programas de aprendizagem.

Analisando o Contrato supramencionado, sua cláusula sexta especifica os custos por atividade. O custo discriminado para treinamento e capacitação é de R\$ 20,00 (vinte reais) por aprendiz, obrigando a RENAPSI a providenciar turmas maiores para suprir gastos com instrutor. O custo variado comum em outros programas de aprendizagem é de R\$ 33,00 (trinta e três reais) a R\$ 41,00 (quarenta e um reais) por aprendiz, segundo o gestor entrevistado. Assim, foi perceptível a necessidade de mais fomento no investimento por parte do governo no repasse por aprendiz para treinamento, trazendo melhores condições para a gestão poder trabalhar em uma aprendizagem que trará melhores resultados para o Programa em comento, com mais qualidade de capacitação para seus beneficiários.

Ainda conforme a conclusão do Contrato supramencionado, para 2021, será necessária uma nova parceria de execução, caso o governo opte pela continuidade do Programa Brasília Mais Jovem Candango. Logo, diante dos dados captados com a presente pesquisa, conclui-se

que será de extrema importância para a eficiência do serviço público o investimento maior em capacitação, uma vez que os moldes trabalhados por aquela Rede se restringia às condições financeiras de repasse para capacitar e treinar os jovens candangos.

Diante da necessidade do serviço público, poderia ser implantado um programa de continuidade dos jovens formados pelo Programa Brasília Mais Jovem Candango, pois, o número dos formados e aptos a atuar é alto – sendo estes não aproveitados além do Programa –, e para o Estado seria útil na prestação de serviços para a população, uma vez que esse jovem já sairia capacitado e prestaria o serviço com excelência mediante a experiência adquirida.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, salienta-se a importância do Estado na capacitação e inserção dos jovens no mercado de trabalho. Nesse sentido, considerando aquilo que foi obtido com a pesquisa e análise dos pontos mencionados via imersão, tal ação mostra-se socialmente importante para o jovem em estado de vulnerabilidade social, que é capacitado, promovendo secundariamente sua autopromoção, suprimindo a necessidade comum de melhoria do serviço público, como a ligação da experiência no trabalho e trabalho como experiência proposta por Schwartz (2010), inserindo o jovem no mercado de trabalho, prestando serviço diretamente para a população.

Nesse ínterim, o Governo do Distrito Federal (GDF) vem promovendo nomeações de novos servidores e/ou partindo para a terceirização com cargos comissionados de determinado serviço, mas nem sempre a necessidade é suprida. A partir daí, foi implantado o Programa Brasília Mais Jovem Candango, que promove a primeira experiência de emprego de muitos jovens junto à Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração (RENAPSI), via impacto social. Mas, diante das necessidades dos órgãos do Distrito Federal, os jovens atuam como burocratas nível de rua (LIPSKY, 1980), mesmo com as dificuldades que atrapalham a excelência daquela Rede na execução do Programa Brasília Mais Jovem Candango, que beneficia o Estado e o aprendiz.

Na presente pesquisa, explorou-se a necessidade do governo no trabalho dos jovens, aplicando a teoria de Lipsky (1980) da burocracia nível de rua. Destarte, analisaram-se os impactos da RENAPSI para o jovem candango e, considerando a formação técnico-profissional, verificou-se o número total de aprendizes previstos em contrato, averiguando-se o número de instrutores ativos para operarem no Programa em questão, investigando-se também a problemática enfrentada por aquela Rede para a execução do Programa, de acordo com os objetivos propostos pelo governo.

Ora, se o trabalho dos aprendizes beneficia tanto o próprio jovem, na experiência e no capital recebido, quanto o Estado, na prestação de serviço e na formação de possíveis burocratas nível de rua (LIPSKY, 1980), o governo local deve engajar o Programa em comento no que tange ao investimento de recurso e investimento em capacitação e treinamento logo que o contrato com a RENAPSI se encerrar em fins de 2020, havendo a necessidade de nova licitação para a contratação de uma nova organização executora, caso o Programa tenha continuidade. Pois, de acordo com os dados obtidos, os jovens formados são aptos e possíveis potenciais na burocracia nível de rua e ingressar na vida profissional pública.

Diante da imersão empreendida, foi nítida a evolução dos aprendizes, segundo avaliação própria. Nesse sentido, o Programa Brasília Mais Jovem Candango proporciona uma experiência de capacitação essencial para inserir o jovem no mercado de trabalho, necessitando de sua continuidade no Programa, para que esses jovens capacitados possam entrar no mercado de trabalho prestando serviço para o Estado.

### **5.1 Recomendações**

Diante dos dados analisados com a presente pesquisa, foi constada a necessidade de intervenção com aqueles jovens aprendizes formados no Programa Brasília Mais Jovem Candango, uma vez que não há uma política de continuidade dos mesmos no mercado de trabalho, uma vez que seria uma intervenção que garantiria maior eficácia de acordo com o objetivo da Política em análise.

Com Lei n. 10.097/2000 (Lei de aprendizagem) o GDF deveria criar uma ação continuada através de parceria público-privada, garantindo a continuidade dos jovens no mercado de trabalho, inserindo-os em empresas parceiras que percebam o impacto do programa na vida do jovem aprendiz e conseqüentemente participar da evolução profissional dos jovens.

## REFERÊNCIAS

ANGROSINO, M. V. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Rio de Janeiro, 1943. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm)>. Acesso em: 12 set. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 10.097, de 19 de dezembro de 2000**. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília, 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/110097.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110097.htm)>. Acesso em: 12 set. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **PRONATEC**. Brasília, 2020. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pronatec>>. Acesso em: 12 out. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho. Secretaria de Inspeção do Trabalho. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. **Manual da aprendizagem: o que é preciso saber para contratar o aprendiz**. Brasília: MTE, SIT, SPPE, 2014.

DEITOS, R. A.; LARA, A. M. B. Educação profissional no Brasil: motivos socioeconômicos e ideológicos da política educacional. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 64, p. 165-188, jan./mar. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v21n64/1413-2478-rbedu-21-64-0165.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2019.

DESLANDES, S. F. A construção do projeto de pesquisa. In: MINAYO, M. C. S. (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, p. 31-50.

DISTRITO FEDERAL. Conselho de Trabalho do Distrito Federal. **Resolução n. 201, de 26 de março de 2010**. Aprova o Plano Distrital de Qualificação – PDQ. Brasília, 2010. Disponível em: <<https://agenciabrasilia.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%B0-201-de-26-de-mar%C3%A7o-de-2010..pdf>>. Acesso em: 15 set. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 5.216, de 14 de novembro de 2013**. Institui o Programa Jovem Candango e dá outras providências. Brasília, 2013.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Administração Pública. **Contrato de Prestação de Serviços n. 11/2014-SEAP, nos termos do padrão n. 05/2002. Processo n. 414.000.154/2014**. Brasília, 2014. Disponível em: <[http://www.crianca.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/CONTRATO-11\\_2014-SEAP-.pdf](http://www.crianca.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/CONTRATO-11_2014-SEAP-.pdf)>. Acesso em: 15 set. 2019.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação. **Censo Escolar 2017**. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.educacao.df.gov.br/censo-escolar-2017/>>. Acesso em: 12 set. 2019.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Trabalho. **Observatório do trabalho**. Brasília, 2020a. Disponível em: <<http://www.trabalho.df.gov.br/observatorio-do-trabalho/>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Trabalho. **Política Distrital de Qualificação**. Brasília, 2020b. Disponível em: <<http://www.trabalho.df.gov.br/politica-distrital-de-qualificacao/>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. Subsecretaria de Políticas para Crianças e Adolescentes. **Jovem Candango**. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://www.crianca.df.gov.br/jovem-candango/>>. Acesso em: 25 out. 2020.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 out. 2020.

\_\_\_\_\_. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. (Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica, 29)

JOHNSON, B.; LORENZ, E.; LUNDVALL, B. Why all this fuss about codified and tacit knowledge? **Industrial and Corporate Change**, v. 11, n. 2, p. 245–262, fev. 2002. Disponível em:

<[https://www.researchgate.net/publication/5212390\\_Why\\_all\\_this\\_Fuss\\_about\\_Codified\\_and\\_Tacit\\_Knowledge](https://www.researchgate.net/publication/5212390_Why_all_this_Fuss_about_Codified_and_Tacit_Knowledge)>. Acesso em: 12 set. 2019.

LIPSKY, M. **Burocracia de nível de rua**: dilemas do indivíduo nos serviços públicos. Trad. de Arthur Eduardo Moura da Cunha. Brasília: ENAP, 2019.

\_\_\_\_\_. **Street-level bureaucracy**: dilemmas of the individual in public services. New York: Russell Sage Foundation, 1980.

\_\_\_\_\_. Toward a theory of street-level bureaucracy. In: HAWLEY, W. D. (Ed.). **Theoretical perspectives on urban politics**. Eaglewood Cliffs: Prentice Hall, 1976, p. 196-213.

LOTTA, G. S. O papel das burocracias do nível da rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade. In: FARIA, C. A. P. (Org.). **Implementação de políticas públicas: teoria e prática**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2012, p. 20-49.

\_\_\_\_\_; PAVEZ, T. R. Agentes de implementação: mediação, dinâmicas e estruturas relacionais. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 15, n. 56, p. 109-125, 2010. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/3205/2099>>. Acesso em: 12 set. 2019.

LUNDEVALL, B.; BORRÁS, S. **The globalising learning economy: implications for innovation policy**. TSER Programme DG XII, Commission of the European Union, 1997. Disponível em: <[http://www.globelicsacademy.org/2011\\_pdf/Lundvall%20Borras%201997.pdf](http://www.globelicsacademy.org/2011_pdf/Lundvall%20Borras%201997.pdf)>. Acesso em: 12 set. 2019.

MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria Geral da Administração: da escola científica à competitividade na economia globalizada**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

O OBSERVATÓRIO DO PNE. **Indicadores: metas**. 2020. Disponível em: <<https://www.observatoriopne.org.br/indicadores/metas>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

OLIVEIRA, M. R. N. S.; VIANA, I. C. Políticas de educação profissional no mundo globalizado: o caso brasileiro – abordagem comentada. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 43-62, maio/ago. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8898/6397>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

PROGRAMA Brasília Mais Jovem Candango. In: **Agência Brasília**, 2018. Disponível em: <<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/topicos/programa-brasilia-jovem-candango/>>. Acesso em: 25 out. 2020.

REDE NACIONAL DE APRENDIZAGEM, PROMOÇÃO SOCIAL E INTEGRAÇÃO – RENAPSI. **Quem somos?** 2020. Disponível em: <<https://renapsi.org.br/quem-somos>>. Acesso em: 12 set. 2019.

SCHWARTZ, Y. A experiência é formadora? **Educação e Realidade**, v. 35, n. 1, p. 35-48, jan./abr. 2010. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/11030/7181>>. Acesso em: 12 set. 2019.

SISTEMA S. In: **Agência Senado**, 2020. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>>. Acesso em: 12 out. 2020.

VIGNOLI, J. R. Vulnerabilidade demográfica em América Latina y el Caribe: qué hay de nuevo? In: Seminario Vulnerabilidad, CEPAL, Santiago, 2001. **Anais...** Santiago, 2001.

WEBER, M. **O que é a burocracia**. CFA, [s. d].